

News Paper®

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Distribuidores avaliam
conjuntura econômica

Página 4

Tributarista comenta
cenário de crise

Página 5

O novo velho jornal
nosso de cada dia

Páginas 6

Recopi Nacional tem
três novas adesões e
chega a 20 estados

Página 9

Mercado de I&E
diminuiu em 2015

Página 10

Importação também
recua no 1º trimestre

Página 11

Mercado de papel se fortalece com legalidade e punições aos fraudadores

Em meio ao cenário econômico adverso, comum a toda a sociedade, o setor de papel vive um período positivo, com plena oportunidade de reescrever sua história, expurgando as fraudes com papel imune. Neste momento ímpar para o setor, é imprescindível distinguir o sonegador da empresa de boa-fé, valorizando os bons empresários, cumpridores de todas as obrigações legais, inclusive as novas e acessórias que têm permitido o combate mais efetivo aos ilícitos.

Páginas 2 e 3

Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

andipa@andipa.org.br / comunicacao@andipa.org.br
(11) 3044-2214

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

Assistente de Diretoria

Edna Souza

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial

Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

O joio e o trigo do mercado de papel

O histórico de união e esforço do setor papelero no combate aos desvios de finalidade do papel imune deve ser lembrado constantemente e celebrado, junto com as transformações que estamos vivenciando no mercado de papel. É claro, que estamos apenas no início da jornada por um novo caminho, que deve ser perene e também árdua. Por isso mesmo, exige perseverança e temperança.

Um grupo de fraudadores já foi identificado na Operação Papel Imune, que revelou o maior esquema já apurado no Brasil, de acordo com o Ministério Público Federal (MPF). Recentemente, a Justiça aceitou a denúncia do MPF por lavagem de dinheiro, organização criminosa e falsidade ideológica contra 11 pessoas envolvidas com fraudes com papel imune.

O esquema desmontado foi arditamente preparado para fraude. Visando a vantagem tributária, driblou as fiscalizações por anos, provocando sérios danos ao mercado de papel e enganando a todos, inclusive as Fazendas federal e estaduais que concederam às “empresas” o Registro Especial e o Recopi, além do CNPJ, Inscrição Estadual e nota fiscal eletrônica.

O desmonte deste bando foi uma importante vitória no combate aos desvios de finalidade do papel imune, que somada a medidas como a embalagem especial para papel imune e o Recopi Nacional, está devolvendo competitividade às empresas nas operações com papel tributado.

Estamos num momento crucial de separar o joio do trigo, de identificar e punir os fraudadores, e valorizar as empresas sérias, cumpridoras das leis e de suas obrigações. Infelizmente, o esquema fraudulento estava tão impregnado no mercado de papel, que eventualmente empresas de boa-fé podem ter realizado operações com agentes envolvidos em desvios, sejam eles já identificados ou ainda investigados, mas que sempre estavam munidos dos documentos legais exigidos pela Receita Federal e pelas Secretarias Estaduais de Fazenda.

A Andipa defende o mercado livre e a concorrência leal, a operação legal e o cumprimento de todas as obrigações acessórias para quem opera com o mercado de papel imune. Só com este conjunto de medidas podemos nos resguardar de envolvimento com operações que escondem ilicitudes. Aliás, driblar as regras e burlar o mercado de papel e as autoridades fiscais é a verdadeira especialidade dos fraudadores, travestidos de comerciantes de papel.

Por tanto, cabe às autoridades garantir que se comprovem as condições das operações, separando as ervas daninhas da plantação, o sonegador do contribuinte de boa-fé. Não se pode absolver genericamente e tampouco prejudicar todos os agentes do setor com base nas atitudes de alguns poucos. Não se pode generalizar e reduzir todas as operações e ocorrências no setor de papel às fraudes com papel imune. As situações das autuações fiscais no setor são as mais diversas, assim como ocorrem em outros segmentos econômicos. E, devem ter as mesmas condições de defesa e julgamentos, que começam nas esferas administrativas, onde boa parte das autuações pode ser esclarecida.

O controle e a atuação preventiva dos agentes fiscalizadores devem ser permanentes. O período de depuração do setor vai exigir um minucioso e constante trabalho de busca de provas, sejam elas dos crimes cometidos ou para comprovação de idoneidade. Atitudes e decisões sensatas e moderadas, baseadas nos parâmetros legais, são imprescindíveis para o setor de papel, que vislumbra um futuro de competições mais saudáveis, livre de concorrência desleal.

Acreditamos que essa deve ser a postura tanto das empresas do setor quanto dos agentes públicos envolvidos.

Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor

Ação penal contra envolvidos em fraudes é desfecho que fortalece o mercado

A Justiça Federal aceitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo das 11 pessoas envolvidas com fraudes com papel imune. O grupo foi denunciado no início de abril por lavagem de dinheiro, organização criminosa e falsidade ideológica. Em 24 de abril, o juiz do caso determinou ação penal contra os envolvidos, depósito em juízo no valor de R\$ 7 milhões e recolhimento de passaporte do considerado chefe do esquema.

Segundo o MPF, o grupo ocultou e dissimulou a origem, a movimentação e a propriedade de cerca de R\$ 1,1 bilhão provenientes de diversos crimes, como descaminho e sonegação fiscal, entre 2009 e 2013, no esquema que é considerado o maior do tipo já apurado no Brasil.

A notícia foi recebida com satisfação pela Andipa, que tem participado ativamente em todas as medidas implantadas nos últimos anos para aumentar a fiscalização e o controle sobre a comercialização de papel imune – desde o cadastramento para o Registro Especial (em 2010), passando pelo Recopi Paulista (Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune) e pelo Recopi Nacional (a partir de 2012), até a adoção de rotulagem das embalagens de

papel destinado à impressão de livros e periódicos (em vigor a partir de 1º/10/2013). “Este conjunto de medidas exige das empresas obrigações acessórias, que são atendidas para que se possa identificar e expurgar do mercado os infratores”, enfatiza o presidente da Associação, Vitor Paulo de Andrade.

Os primeiros resultados das fiscalizações vieram em dezembro de 2011, com a Operação Pirâmide de Papel, realizada no Paraná, pelo Ministério Público e as Receitas federal e estadual. Na ocasião, 12 pessoas foram presas envolvidas com fraudes com papel imune que resultaram na sonegação de R\$ 113 milhões referentes ao ICMS e cerca de R\$ 40 milhões em tributos federais.

A expectativa da Andipa é que as investigações continuem com novos desdobramentos, cobrando responsabilidades daqueles que agiam enganando e danificando o mercado de papel.

Conforme documentos do Conselho Diretor, a empresa identificada como líder do esquema de fraude tentou associar-se à Andipa, o que foi reiteradamente negado.

Esquema camuflava imunidade

O grupo denunciado pelo Ministério Público Federal em São Paulo era liderado pela TBLV e utilizava importadoras, gráficas e editoras de fachada com registro para comercializar papel com imunidade. No entanto, as investigações identificaram que as supostas compradoras existiam apenas para diminuir o estoque das importadoras e simular uma destinação legal para a mercadoria. Registradas em nome de “laranjas”, as empresas não possuíam empregados nem movimentação financeira e só emitiam notas fiscais, falsas, de entrada do papel. O produto acabava sendo vendido a empresas do atacado e varejo, como papel comercial com o devido destaque de ICMS.

Dessa forma, o produto era de fato adquirido por clientes no mercado comum, que não faziam parte do esquema, e compravam de empresas do grupo. Segundo o MPF, as notas fiscais de saída, igualmente ilegítimas, eram emitidas por outras empresas fantasmas e o dinheiro da compra depositado nas contas da TBLV – que servia como principal “caixa” do esquema – e da empresa de cobrança Comark, que sequer existia fisicamente. A investigação concluiu que “a essa altura, o lucro obtido com a venda do papel já estava totalmente desvinculado de sua origem ilícita, qual seja, a importação fraudulenta (crime de descaminho)”.

Sonegação fiscal

Além do descaminho, o dinheiro movimentado pelo grupo provinha do não pagamento de tributos, como o imposto de renda. Entre 2009 e 2012, apenas em relação aos impostos internos, o prejuízo aos cofres públicos foi de aproximadamente R\$ 500 milhões, segundo a Receita. Os denunciados ainda se aproveitaram da posterior compensação indevida de créditos de ICMS, PIS e Cofins. Apesar de não haver qualquer recolhimento anterior destes tributos, os falsos documentos emitidos geraram créditos indevidos nas operações seguintes, que somaram R\$ 100 milhões só na esfera federal.

Os lucros obtidos pela organização criminosa também não eram declarados ao fisco. Entre 2009 e 2012, por exemplo, a TBLV deixou de informar à Receita Federal a movimentação de R\$ 800 milhões. Já a Comark não declarou receita alguma, mas movimentou mais de R\$ 320 milhões apenas no biênio 2011/2012. De acordo com a denúncia, esses recursos provenientes do descaminho e da sonegação também foram transferidos para contas pessoais e utilizados na aquisição de imóveis, veículos de carga e carros de luxo, além de financiar a construção de um galpão industrial avaliado entre R\$ 40 e 50 milhões.

Distribuidores avaliam conjuntura econômica

O cenário econômico adverso, com medidas de arrocho tributário e a acirrada concorrência aviltando os preços do papel. Essa foi a tônica da reunião realizada na sede da FecomercioSP, em 10 de abril, reunindo distribuidores ligados à Andipa e ao Sinapel, com assessores jurídicos e representantes de outras entidades do setor papelero.

Analisando a conjuntura atual, os participantes do encontro concordaram que as medidas fiscais são necessárias para a recuperação da economia brasileira, o que deve ser um processo lento, com possível crescimento por ganho de produtividade. No entanto, ressaltaram que o impacto deve ser grande no setor que já vem sofrendo com redução de demanda pelo avanço das mídias eletrônicas e a forte atuação de fabricante nacional na distribuição.

A soma dessas variáveis deve precipitar processos de consolidação no segmento, já que “o mercado de distribuição de papel hoje é menor do que no passado e não comporta mais tantos players”, conforme analisa o presidente do Conselho Diretor da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, lembrando que os sucessos

obtidos no combate às fraudes com papel imune estão ajudando a redimensionar o mercado, eliminando aqueles que não têm genuína vocação para atuar no setor.

Congêneres

Enriquecendo as discussões, o Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), Reinaldo Espinosa, falou sobre o momento atual do setor gráfico, apresentando dados da produção física, da balança comercial, geração de empregos e de investimentos. Espinosa também mostrou aos distribuidores as ações da campanha Two Sides no Brasil, que tem como objetivo a valorização do papel e da comunicação impressa.

Representando o segmento editorial, o executivo Fábio Amato também falou do panorama atual. “O desafio dos veículos é encontrar um modelo rentável de faturamento da publicidade digital que sustente as operações”, destaca ele, que é diretor de Logística e Industrial da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e da Editora Globo.

Mudanças tributárias no cenário de crise econômica

Por Dilson José da Franca Junior *

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com indicadores de 2013, revelam empobrecimento da população brasileira, algo que não ocorria desde 2004. Especialistas apontam como culpados desse cenário o baixo crescimento do PIB e a inflação de 5,91%, vivenciados naquele período.

O empobrecimento da população revela apenas uma das faces da crise atual, na medida em que a alavancagem socioeconômica brasileira foi calcada no incentivo ao consumo, consumo este lastreado em amplo acesso ao crédito e a uma inflação até então sob controle. Esses pressupostos foram e vêm sendo severamente abalados.

A situação se agravou ainda mais em 2014. O PIB teve crescimento praticamente nulo, na casa de 0,1%, resultado este que, vale a pena frisar, foi inferior ao resultado do PIB de 2009, calculado em meio à crise econômica que assolou o mundo naquela época. A inflação, por sua vez, fechou em 6,41%.

A indústria foi o setor econômico mais afetado pela crise. Teve queda de 1,2% no ano de 2014 (pior número desde que a economia foi abalada pela crise global de 2008). Os serviços tiveram o menor crescimento desde 1996, com ligeira alta de 0,7%. Analistas econômicos esperam PIB negativo para o ano de 2015.

Tudo isso sem se falar na escalada da Taxa Selic que, no Governo Dilma Rousseff iniciou no patamar de 10% e, atualmente, atinge 12,75%, bem como na inflação que, segundo estimativas, já atinge o índice de 7,7%, no crescimento da dívida bruta em relação ao PIB etc.

Definitivamente, portanto, o cenário econômico não é o mais favorável. Como reação a esse contexto, o Governo anunciou medidas de arrocho fiscal. Cite-se prazo maior de carência para obtenção do seguro-desemprego por parte dos trabalhadores, prazo maior para obtenção da pensão por morte e a própria redução no cálculo da pensão por morte.

Anunciou, também, medidas fiscais que impactam diretamente o empregador. Por exemplo, no afastamento por doença do empregado a empresa necessitará efetuar pagamento até o trigésimo dia de afastamento; antes a obrigação cessava no décimo quinto dia.

Apenas com as mudanças até agora comentadas o Governo espera economizar R\$ 18 bilhões.

Em meio a esse panorama de austeridade fiscal, o

Governo também majorou as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes na importação. Antes essas alíquotas eram de 9,25%, agora exige-se 11,75%. Segundo o Ministro da Fazenda, espera-se obter a receita de R\$ 700 milhões com essa elevação.

Houve, ainda, a tentativa de elevar as alíquotas da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. Aqueles que hoje contribuem na alíquota de 1%, passariam a contribuir na alíquota de 2,5%. Aqueles que hoje pagam 2%, passariam a pagar 4,5%. A medida traria R\$ 25 bilhões ao erário.

Porém, a majoração da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta foi – em uma queda de braço firmada entre os partidos de situação – vetada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros (PMDB). Espera-se, todavia, que logo haja um “acordão” entre base aliada e oposição definindo aumento menos severo desse tributo.

Ainda no contexto de majoração dos tributos, o Governo introduziu, no final do mês de março, a incidência de PIS e de COFINS sobre as receitas financeiras das empresas. As alíquotas, reduzidas a zero desde 2005, passarão a ser cobradas na alíquota de 4,65% a partir de 1º de julho de 2015.

Como visto, o cenário de desesperança econômica desencadeia um cenário de austeridade fiscal que, não raro, se resume à elevação desenfreada de tributos. Estas foram as medidas tomadas até o momento, mas aguarda-se, ainda, manifestações do Governo quanto à tributação de dividendos.

Alguns parlamentares suscitam, ainda, a tributação sobre as grandes fortunas, há muito “esquecida” nas comissões internas do Congresso Nacional. Essa sugestão, contudo, configura algo mais distante da realidade, considerando a atual formação do Congresso Nacional, aparentemente contrária à medida.

É notória a relação entre crise econômica e tributação. Cenários economicamente desfavoráveis induzem políticas de arrocho fiscal, sentidas por todos, empresários e população. Por mais tortuoso que seja o momento, oportunidades como esta deveriam servir para suscitar o debate em torno da reforma tributária (assunto há tempos parado no Congresso Nacional) e não servir apenas como uma válvula de escape para a majoração de tributos.

* advogado do escritório LBZ Advocacia

Futuro dos jornais pode ter inspiração do passado

As transformações e desafios dos jornais impressos podem ser medidos por diversas variáveis, a depender do ângulo analisado. Na ponta do consumo de papel, a queda é constante e acelerada, como mostram os dados de venda e importação (ver páginas 10 e 11). Outros indicadores, como receitas e o tamanho das redações igualmente emitem sinais de alerta. No entanto, ainda vale a máxima de que a crise gera novas oportunidades. “Estamos vendo o surgimento de várias publicações locais e especializadas, voltando a valorizar a comunicação e os assuntos de pequenos grupos, como um bairro ou região”, diz o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, que acompanhou o debate “O futuro dos jornais na era das multiplataformas”, realizado pela Folha de S.Paulo, em março.

Esse pode ser um dos aspectos que vão na direção do que defende o escritor e colunista da Folha, Leão Serva, ao afirmar que o futuro dos jornais é voltar ao passado. Crítico da integração das redações das edições on-line e impressa produzindo conteúdo para diferentes plataformas, como tem feito os grandes jornais no Brasil e no mundo, ele considera esse caminho equivocado. Segundo Leão Serva, integrar as equipes é “submete o novo ao velho, a virtude ao vício”, como argumenta no livro “A desintegração dos Jornais” (Editora Reflexão), lançado no evento.

A posição de Serva encontra resistências como as protagonizadas pela ombudsman do jornal, Vera Guimarães, e pelo professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), Eugênio Bucci. “Sem contrapoder não há sociedade livre. Nós precisamos de grandes redações independentes”, afirmou Bucci no debate, argumentando que essa estrutura permite à imprensa lidar sem subordinação com o poder.

Mediador do debate, o editor-executivo da Folha, Sérgio Dávila, considera um erro pensar que as redes sociais podem substituir o que o professor chamou de grandes redações. Segundo ele, a função social da imprensa é oposta a das redes sociais, expondo o leitor, o usuário, o internauta ao contraditório, a ideias diferentes das suas, a notícias que ele não sabia que queria e que são apresentadas com uma curadoria feita pelo jornalismo profissional.

Na prática

A realidade testemunhada no mercado em geral é a redução e até extinção das edições impressas em jornais tradicionais nos vários cantos do país. Esse desfecho é consequência dos altos custos de produção, inclusive do papel, e a limitação de repasse para os preços de capa e de anúncios, em especial nos jornais de pequeno e médio porte.

Otimista, Vicente Amato considera que esse cenário pode ser temporário e transitório, diante da possibilidade de novos modelos e formatos de comunicação impressa, demandados pela sociedade e pelas empresas.

Complexo e multifacetado, o futuro dos grandes jornais vai muito além da configuração e subordinação das redações. Envolve a forma de consumir e produzir notícias, o relacionamento entre marcas e consumidores, a produção acadêmica e a formação de profissionais. “Enquanto isso, a sobrevivência do jornal (e do papel) pode estar na diversificação e na volta às origens da comunicação local”, avalia Amato.

Justiça dá liminar para benefício de Pis e Cofins na revenda

Um associado Andipa obteve decisão preliminar favorável da Justiça para reverter autuação referente à cobrança do Pis e Cofins em vendas de papel imune, efetuadas para outros canais de distribuição detentores do devido registro especial. O benefício aplicado ao papel com imunidade foi questionado pela fiscalização com base no Decreto nº 6.842/09, que regulamentou a Lei 11.945/09, que estabelece a obrigatoriedade do registro especial.

Conforme art. 1º, § 1º, IV do decreto, as empresas que comercializam ou distribuem o papel imune – destinado à impressão de jornais e/ou periódicos – somente poderiam efetuar vendas a empresas jornalísticas ou empresas gráficas destinadas à impressão de periódicos e jornais. Na prática a Receita Federal está autuando os contribuintes que, mesmo atendendo à legislação do registro especial,

vendem seus produtos a outras empresas para comercialização “sob o fundamento de que a venda com desoneração de tributos somente poderia ser realizada se efetuada a empresas jornalísticas (UP) ou gráficas (GP)”.

“A decisão do Tribunal ainda é preliminar e precisa ser confirmada, mas foi dada de forma bem ampla, com bastante fundamento, sinalizando que não faz sentido a restrição baseada em decreto quando a lei não restringe”, avalia Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, coordenador da área tributária da LBZ Advocacia. Segundo ele, o judiciário começa a se manifestar sobre o assunto e de modo favorável. No entanto, é preciso ficar atento, pois o risco de autuação ainda existe já que a pauta de fiscalização da Receita inclui a autuação com base no perfil do cliente.

Associação apoia congresso setorial

Durante dois dias representantes de diversos segmentos ligados à produção de celulose e papel estiveram reunidos no WPP Brazil & LatAm 2015, em São Paulo. A Andipa deu apoio institucional ao congresso realizado em abril, que apresentou palestras com aspectos técnico e comercial, divididas em quatro temas: Florestal e Energias Renováveis; Mercado e Economia; Tecnologia e Inovação; e Desafios do Papel e Celulose.

Dentre os palestrantes estiveram pesquisadores, técnicos e executivos de empresas do setor e de órgãos públicos, que abordaram assuntos como: biotecnologia, produção de energia, sustentabilidade, logística, reciclagem, embalagens, gestão estratégica, identificação de oportunidades, reflexões sobre o futuro e a valorização da comunicação impressa.

Andipa e Sinapel recebem certificado

O apoio das entidades representantes do segmento de distribuição e atacadista de papel à campanha de valorização da comunicação impressa foi reconhecido com a oferta do Certificado de Adesão na categoria Entidade Signatária, entregue na primeira reunião anual do Conselho da Two Sides Brasil.

Andipa e Sinapel estavam entre as entidades contempladas no ato simbólico de reconhecimento dos esforços empreendidos em prol da desmitificação do uso do papel e o combate a ações depreciativas da comunicação impressa. “Muitos fazem marketing à custa de condenar o papel, meramente com intuito de reduzir suas despesas com impressos e postagem. Não podemos mais permitir isso”, afirma Vicente Amato Sobrinho, presidente executivo da Andipa e presidente do Sinapel.

Balanço e planejamento

Lançada no Brasil em abril de 2014, a campanha Two Sides tem como objetivo desfazer mitos e difundir informações confiáveis sobre a sustentabilidade do uso do papel e da comunicação impressa, além de combater o greenwashing, que atribui apelo sustentável a informações equivocadas.

Com apoio de mais de 40 entidades, representantes de 80 mil empresas, geradoras de 615 mil empregos diretos e faturamento na casa dos US\$ 40 bilhões, a Two Sides Brasil alcançou grande repercussão desde o lançamento. “Sua aceitação é, em si, um indicador

de que a Two Sides chegou no momento exato em que a cadeia do papel e da comunicação impressa brasileira precisava de uma voz representativa para reafirmar sua sustentabilidade e importância, tanto na geração de empregos, riquezas e tecnologias, quanto na difusão da informação e do conhecimento”, afirma Fabio Arruda Mortara, *country manager* da Two Sides Brasil e presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo (Sindigraf-SP).

O esforço de mobilização rendeu bons resultados em 2014, como anúncios em jornais, revistas e periódicos, participação em feiras e eventos de vários segmentos econômicos, além do lançamento de canais de comunicação – website e newsletters – para divulgação da campanha.

Uma das principais ações no ano passado foi a pesquisa nacional Opinião sobre a Comunicação Impressa, realizada pelo Instituto Datafolha. Com índice de confiabilidade de 95%, a pesquisa ouviu 2.074 pessoas com idades acima de 16 anos, em 135 municípios. Dentre os dados relevantes, a mostra mostrou que 80% da população consideram a leitura em papel mais agradável do que em tela e preferem esse meio para a guarda de documentos.

Na reunião também foram apresentadas as propostas e o cronograma para 2015, que incluem ações contínuas, educacionais, promocionais e eventos, além do lançamento da cartilha Mitos e Fatos para Crianças.

Conselhos atuando em conjunto

Temas jurídicos e tributários que impactam os setores atacadistas e estão em pauta, especialmente com as propostas de ajuste fiscal do governo federal, em negociação no Congresso Nacional, são assuntos prioritários no Conselho do Comércio Atacadista, da FecomercioSP.

A tramitação da Medida Provisória 668/15, que eleva para 2,1% e 9,65%, respectivamente, as alíquotas de contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação de mercadorias foi tema da reunião de abril do Conselho Atacadista.

Acompanhando os assuntos relevantes, o Conselho do Comércio Atacadista, que se reúne mensalmente,

pode agir imediatamente em prol dos interesses do setor. Exemplo recente é a atuação para reverter a multa por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

No período de recesso de fim de ano, foi encaminhado ao Congresso Nacional ofício sobre a lei que prevê o perdão das multas por atraso na entrega da GFIP. O documento foi assinado em conjunto com o Conselho de Assuntos Tributários. Após a manifestação da FecomercioSP, os parlamentares aprovaram a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, extinguindo a cobrança da multa a partir desta data.

MA, MT e PI aderem e 20 unidades já fazem parte do Recopi Nacional

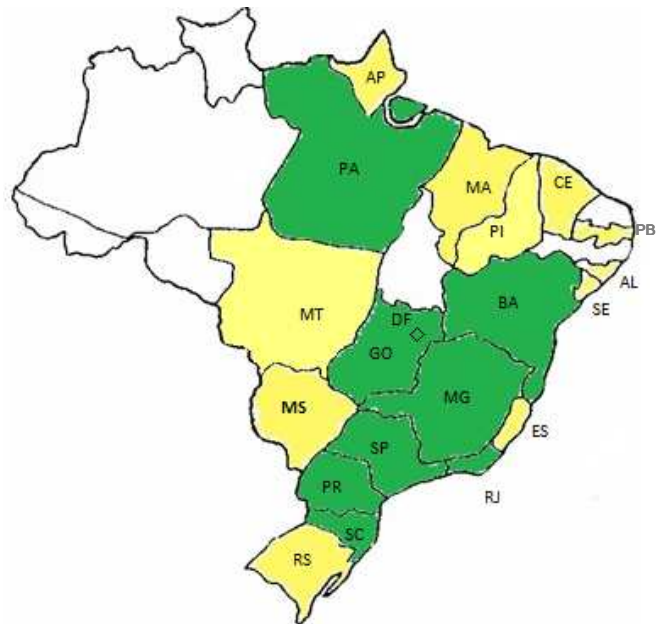
Vinte das 27 unidades federativas aderiram ao Convênio ICMS 48/2013 que instituiu o Sistema de Registro e Controle das Operações com o Papel Imune Nacional – Recopi Nacional. Em oito estados e no Distrito Federal a norma está em vigor e nos outros onze ainda aguarda regulamentação, incluindo aqui os estados do Maranhão, Mato Grosso e Piauí, que aderiram em março e abril deste ano. A obrigação acessória é exigida para os contribuintes de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia e Pará.

Nos estados onde o sistema é vigente, o Recopi Nacional é muito bem avaliado, considerado “uma poderosa ferramenta de fiscalização”, que integrada a outros sistemas, amplia as possibilidades de detecção de indícios de fraudes e sonegação fiscal. “A expectativa é que o número de operações fraudulentas que ocorrem utilizando indevidamente do benefício fiscal para papéis imunes diminua cada vez mais”, avalia Élcio Nunes Basílio, da Gerência de informações Econômico Fiscais da Sefaz de Goiás, onde estão credenciadas 57 empresas, que realizaram 2.779 operações.

“A implantação do Recopi propiciou às empresas que comercializam papel imune uma maior segurança em suas atividades”, observa a Subsecretaria da Receita Estadual de Minas Gerais, onde 238 estabelecimentos estão cadastrados no sistema, sendo que nove deles estavam bloqueados.

O Recopi segue na pauta das secretarias de Fazenda e foi tema no Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (Encat), realizado em março em Salvador (BA). Através do sistema os estados têm acesso a relatórios sobre as movimentações de papel imune, que permitem identificar irregularidades e fiscalizar. “Estamos acompanhando as operações via sistema e formando massa crítica para que em breve realizemos operações de fiscalização com o objetivo de apurar eventuais infrações”, informou a Sefaz da Bahia.

Ainda no primeiro semestre, o sistema deve concluir processos e fornecer aos estados outros relatórios detalhados, conforme informou a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), pioneira na implantação do Recopi. “Espera-se para 2015 um controle bem mais efetivo de destinar-se o papel imune para o fim definido pela legislação”, acrescentou o fisco pau-



- Já operam no sistema
- Assinaram protocolo e iniciarão operação em data a ser definida
- Ainda não assinaram protocolo de adesão

lista. Atualmente são 1.363 estabelecimentos credenciados no Estado de São Paulo, que registraram mais de 171 mil operações com papel imune no período de 2014, que totalizaram em torno de R\$ 3,8 bilhões.

A Sefaz do Rio de Janeiro informou que “tem acesso irrestrito a todas as operações registradas por seus contribuintes, seja com destinatários desta ou de outras Unidades da Federação, bem como a seus controles de estoques”. Até fevereiro deste ano, foram registradas no estado 15 mil operações, envolvendo quase 170 mil toneladas de papel.

A Secretaria de Fazenda do Distrito Federal informou que pretende iniciar em breve um projeto de fiscalização no segmento gráfico que deverá alcançar a utilização do papel imune.

Nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Amapá a norma ainda não foi regulamentada. “O estado aderiu ao convênio, ficando para um momento futuro e após estudos a implantação da norma”, explicou o coordenador da Assessoria Técnica Tributária, da Secretaria da Receita da Paraíba.

Março menos ruim contém retração no mercado de imprimir e escrever

Com março melhor do que os meses anteriores, o mercado brasileiro de papéis para imprimir e escrever (I&E) apresentou sinais de recuperação, embora ainda acumule redução no primeiro trimestre, na comparação com o mesmo período de 2014. No mês, o resultado ainda é menor que o do ano passado, conforme mostra o relatório Cenários Ibá de abril, divulgado pela Indústria Brasileira de Árvores.

Os números do primeiro bimestre apontavam queda média de 17% na demanda de papéis para imprimir e escrever. Considerando o resultado de março, o recuo no ano ficou em torno de 14,5% em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

As vendas domésticas dos fabricantes nacionais caíram 15,1% entre janeiro e março, passando de 398 mil toneladas no ano passado para 338 mil toneladas. A redução foi ligeiramente menor nas entradas de papéis de I&E estrangeiros, que somaram 119 mil toneladas, ante 137 mil toneladas no primeiro trimestre de 2014 (-13,1%).

As exportações brasileiras destes papéis registraram o melhor resultado no período, com provável reflexo da variação cambial. Em março foram embarcadas para o exterior 76 mil toneladas de papéis para impressão e escrita, 10% mais do que as 69 mil

toneladas do período equivalente em 2014. Com isso, o acumulado deste ano passou de -8,1% no primeiro bimestre para -2,3% no trimestre.

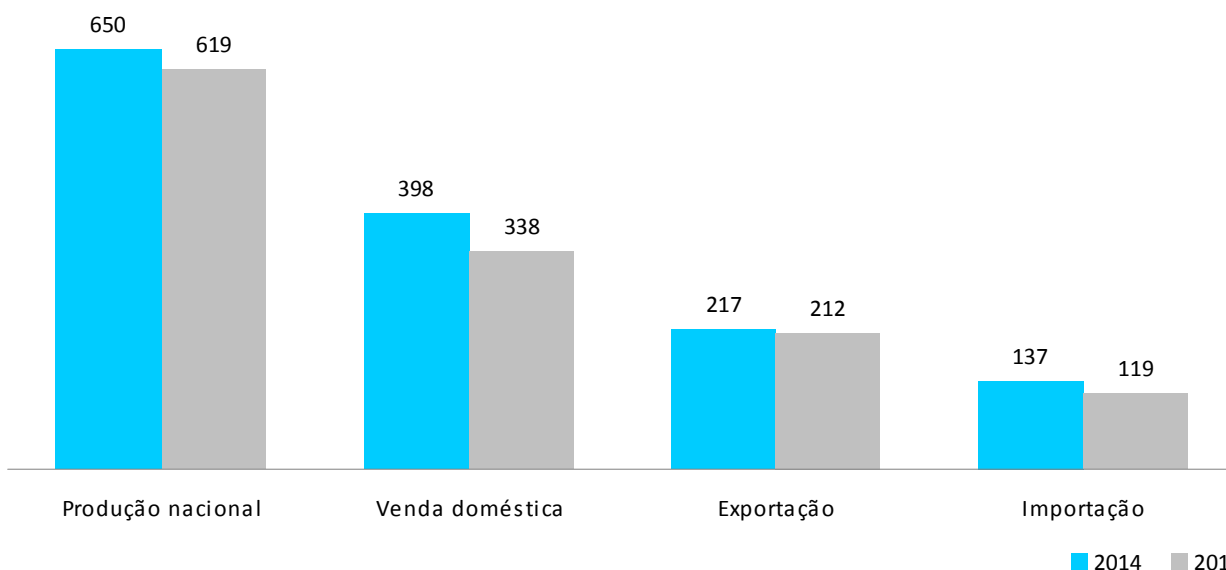
Entre janeiro e março, os fabricantes nacionais reduziram em 4,8% a produção de papel para imprimir e escrever (de 650 mil toneladas, em 2014, para 619 mil toneladas, em 2015).

No geral, a produção brasileira caiu 0,8% este ano, com crescimento apenas nos segmentos de embalagens e sanitários, 1,8% e 0,4%, respectivamente. No entanto, os resultados não se repetiram nas vendas internas. Conforme o relatório, nos três primeiros meses deste ano, a venda doméstica caiu em todos os segmentos, ficando 6,3% menor do que no primeiro trimestre de 2014.

Ainda de acordo com dados do Cenário Ibá, a produção e a venda interna de papel cartão foram menores (-4,7% e -8,7%), enquanto as importações cresceram 36,4%. No primeiro trimestre de 2015 foram produzidas 161 mil toneladas de papel cartão, sendo 46 mil toneladas destinadas à exportação e 115 mil toneladas ao mercado interno, que também importou 15 mil toneladas, de acordo com números dos fabricantes nacionais.

Papéis de Imprimir e Escrever

1º trimestre - em mil toneladas



Fonte: Cenários Ibá / 11

Importação geral de papel cai no trimestre

No geral, as importações brasileiras de papéis no primeiro trimestre de 2015 diminuíram 11,34% em relação ao total do período equivalente no ano passado – de 297,4 mil toneladas para 263,7 mil toneladas, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). O comportamento médio das importações esconde altas e baixas significativas em segmentos específicos. Dos sete grupos acompanhados pelo NewsPaper, MWC e cartão registraram aumentos expressivos, enquanto LWC e *cut size* tiveram as maiores quedas.

Principal item na pauta de importações de papéis para imprimir e escrever, o *cuchê* registrou redução de 11,7%, somando 61,4 mil toneladas entre janeiro e março deste ano, o equivalente a 23,3% do total de papéis estrangeiros que entraram no país no período. Somando os volumes registrados nas quatro NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) que compõem o grupo de *cuchê*, as importações no primeiro trimestre chegaram a 111 mil toneladas, em 2011, com sucessivas reduções nos anos seguintes – 83,9 mil toneladas, em 2012; 79,2 mil toneladas, em 2013; e 69,5 mil toneladas, em 2014.

As importações de LWC diminuíram a quase um terço do volume importado no primeiro trimestre de 2013. De acordo com dados da Secex, foram 16,9 mil toneladas entre janeiro e março daquele ano, passando para 12 mil toneladas no mesmo período de 2014, caindo para 6 mil toneladas este ano.

No *cut size*, os volumes trimestrais oscilaram de 5,1 mil toneladas em 2013 para 6,6 mil toneladas no ano seguinte e agora para 4,6 mil toneladas.

O grupo de papéis ofsete registrou crescimento de 5,6% no comparativo com 2014. A Secex apurou a entrada de 7,4 mil toneladas entre janeiro e março deste ano, ante 7 mil toneladas no comparativo anterior.

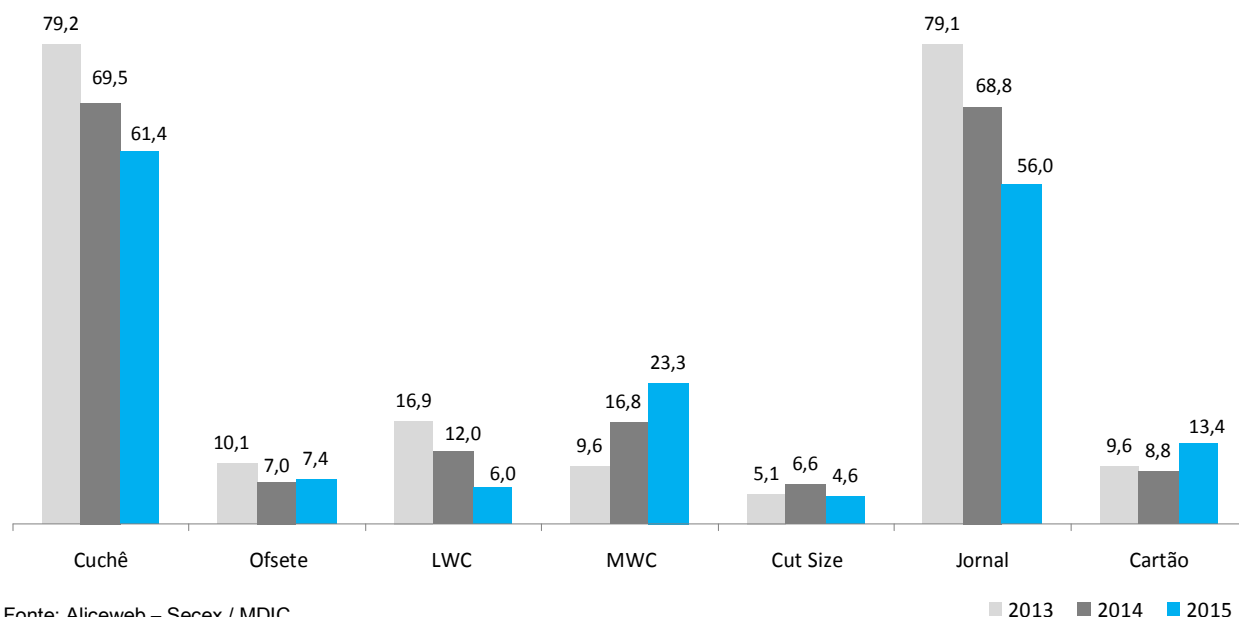
Indicando a dependência do produto estrangeiro para alimentar o mercado interno a preços competitivos, o segmento de cartão teve percentualmente o maior crescimento no comparativo trimestral, 52%, seguido pelo MWC com 39%. Conforme os números da Secex, até março as entradas de cartão somaram 13,4 mil toneladas este ano, ante as 8,8 mil toneladas apuradas no mesmo período de 2014. No MWC foram importadas 23,3 mil toneladas, contra 16,8 mil toneladas no 1º trimestre do ano anterior, volume que somou 9,6 mil toneladas entre os meses de janeiro e março de 2013.

Imprensa

Um mercado peculiar, o segmento de papel jornal depende dos fornecedores estrangeiros para atender cerca de 80% de sua demanda, que vem decrescendo ano a ano, impactada especialmente pelas mídias eletrônicas. No primeiro trimestre deste ano, as compras externas de papel jornal caíram 18,5% em relação a 2014, somando 56 mil toneladas. Caindo gradativamente, as importações somaram 120 mil toneladas entre janeiro e março de 2010.

Importação de Papéis - 1º trimestre

em mil toneladas



DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS

